



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Modalidade: Pregão Eletrônico 07/2020;

Objeto: Aquisição de veículo ambulância tipo A simples Remoção, conforme Proposta nº 17490.085000/1180-04, firmada entre o Ministério da Saúde e o Município de Monte Carmelo/MG, para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

I DAS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao edital oferecida por NF Veículos LTDA, pessoa jurídica de direito privado, especificamente no que se refere ao Item 04 do Edital – Da participação no Pregão, segundo o qual:

4.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, EXCLUSIVAMENTE as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

Aduz que, como o valor total estimado da aquisição é de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), em princípio, foi acertada a decisão de destinar a licitação à participação exclusiva dos beneficiários da Lei Complementar 123/2006.

Entretanto, sustenta que, o emprego do benefício citado não poderá ser aplicado na presente licitação, porque somente fabricantes e concessionárias autorizadas são permitidas a realizar o comércio de veículos zero quilômetro, de tal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

forma que, os microempreendedores não estão aptos a fornecê-los, já que, assim que são retirados das fábricas ou concessionárias, já não são mais considerados zero quilômetro.

Requer, assim, a declaração de nulidade do Item 4.1 do edital, de forma a permitir a participação de fabricantes e concessionárias autorizadas, com fundamento no art. 49, III, da Lei Complementar 123/06.

II DA DECISÃO

Conforme bem observado pela Impugnante, o valor total estimado da aquisição é de R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Portanto, foi acertada a decisão de destinar a licitação à participação exclusiva dos beneficiários da Lei Complementar 123/2006, tendo em vista o fato de que a Administração Pública submete-se ao princípio da legalidade estrita.

De acordo com o art. 48, inciso I da referida lei, a administração pública **deverá** realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Portanto, não se trata de mera faculdade, mas de imposição legal que necessariamente deve ser observada, sob pena de invalidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho esclarece que:

O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita. Tal postulado, consagrado por séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

criação do *Estado de Direito*, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita. (Manual de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 19-20)

Em relação à definição de veículo novo para efeito de contratações públicas, é mais consonante com a principiologia que rege a atuação administrativa conceber como novo o veículo que nunca tiver sido utilizado, com a quilometragem "zerada", tal como sustentado no âmbito da Controladoria Geral da União, na resposta ao Pedido de Impugnação nº 01 – PE nº 21/2014 (www.cgu.gov.br/...no21-2014/pedido-de-impugnacao-n-o-1-ubermac-final.doc).

Compreende-se, assim, que, para a Administração pública, a simples transação formal de documentação não o descaracteriza como veículo novo. O que deve prevalecer nesse aspecto é o estado de conservação do bem, e não a quantidade de proprietários constantes de sua cadeia dominial. Como apontado pela CGU, esse também é o entendimento do TJDF, verbis:

(...) Com efeito, o fato de o veículo ter sido transferido para a ré para posterior revenda ao consumidor final não basta para descaracterizar o bem como novo. A rigor, **para ser 0 km, não é necessário que o veículo seja transferido diretamente do nome do fabricante ou de uma revenda concessionária para o consumidor. A mera transferência formal de domínio do bem para intermediários, por si só, não torna o bem materialmente novo em usado. O que deve prevalecer nesse aspecto é o estado de conservação do bem, e não o número de proprietários constantes de sua cadeia dominial.** (...) "(Grifos Nossos).(Apelação Cível 20080110023148APC, Acórdão342.445, Relator Desembargador LÉCIO RESENDE, da 1ª Turma Cível)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

Posto nestes termos, conheço da impugnação apresentada, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalteradas as disposições contidas no edital.

Monte Carmelo, 14 de fevereiro de 2020.


Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro